

Desafios da Indústria Brasileira frente à Competitividade Internacional

Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio – CDEIC
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP

Brasília
23 de maio de 2012

Painel 4: Enfrentando os Riscos de Desindustrialização: o Papel dos Empresários e do Estado

Brasília
23 de maio de 2012

Roteiro

1. A perda de participação da indústria
2. Competitividade e mudança estrutural
3. Agenda preferencial

Roteiro

1. A perda de participação da indústria
2. Competitividade e mudança estrutural
3. Agenda preferencial

Ponto de partida: a perda de participação da indústria

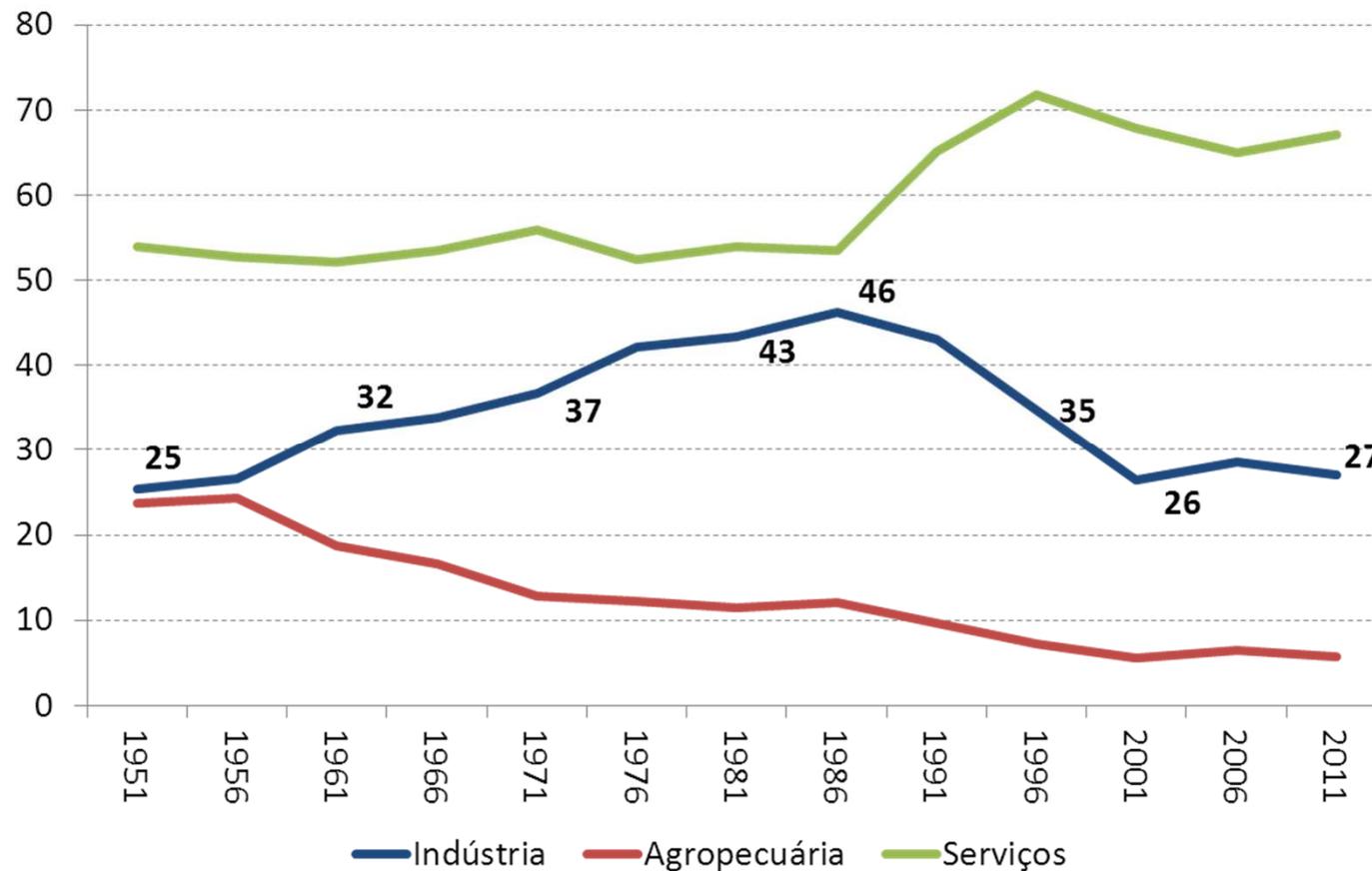
1. Desequilíbrios macroeconômicos
2. O uso extremo da substituição de importações
3. Lento processo de reformas estruturais
4. Emergência da China
5. *Boom das commodities*

Ponto de partida: a perda de participação da indústria

6. Desdobramentos de 1988: a opção da seguridade
7. Crise internacional
8. Produtividade
9. Mudanças metodológicas
10. Terceirização

Indústria perde importância no PIB

Participação dos setores na composição do PIB (%) – médias quinquenais

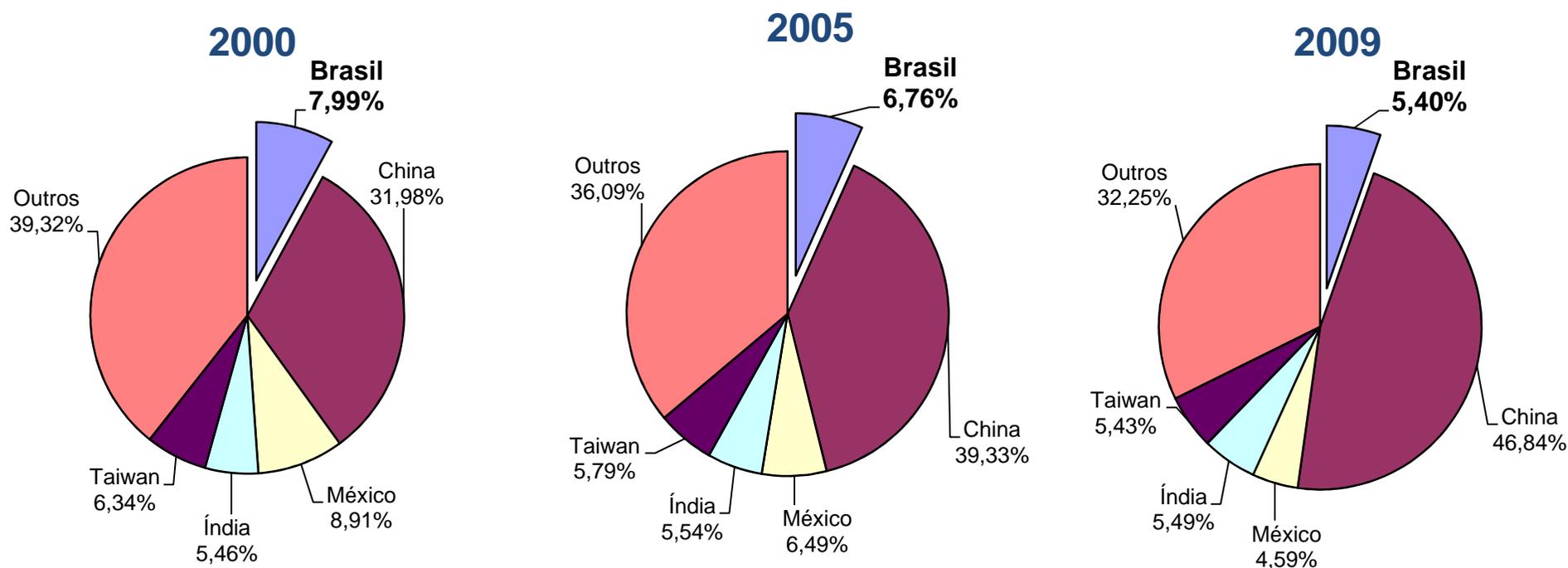


Participação da indústria volta aos patamares dos anos 1950

Elaborado pela CNI com base nas estatísticas do IBGE

Indústria perde competitividade no mundo

Participação no valor adicionado dos países em desenvolvimento (%)
Indústria de Transformação

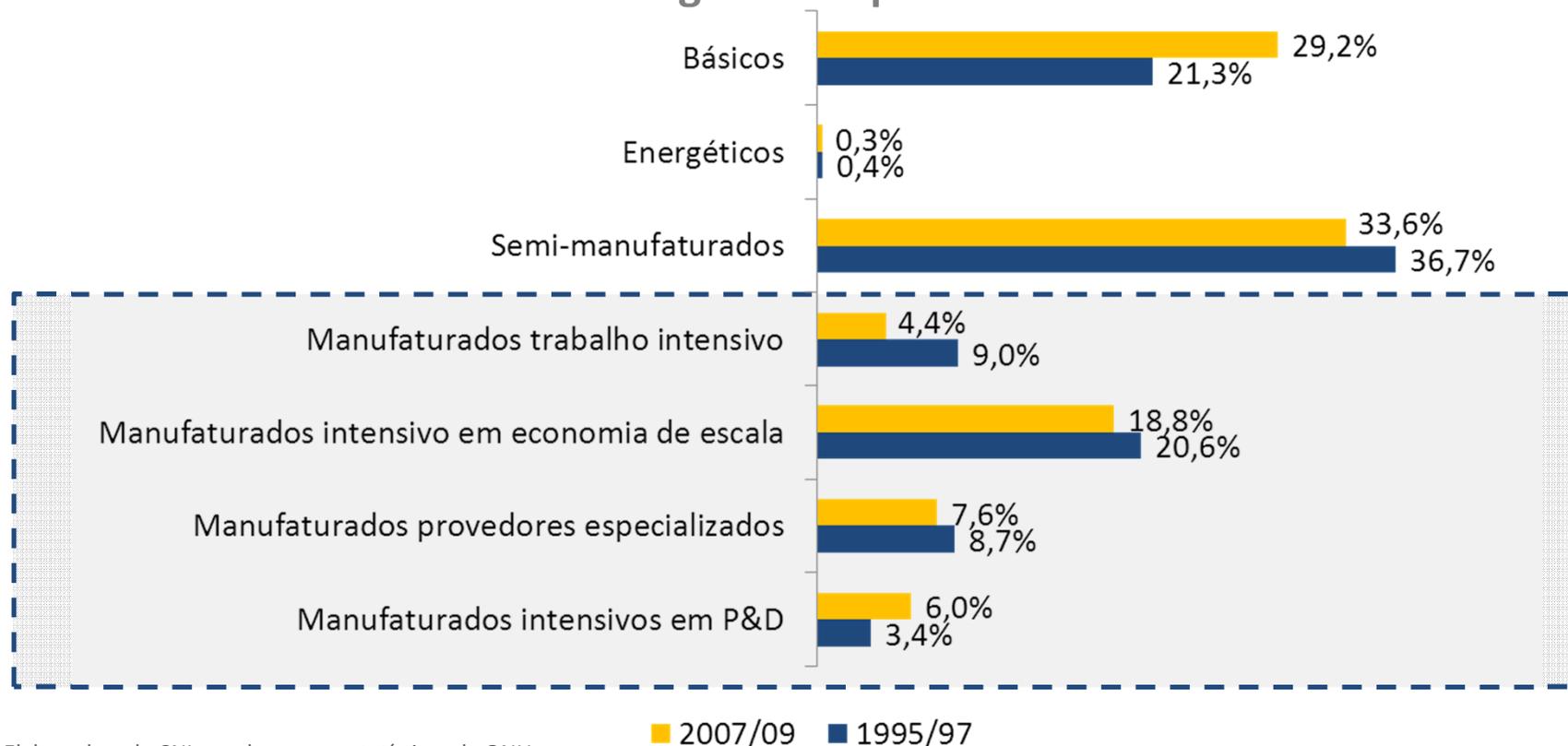


Fonte: UNIDO

A estrutura competitiva brasileira pouco se altera nos últimos doze anos

BRASIL

Estrutura de Vantagem Comparativa Revelada - Valor

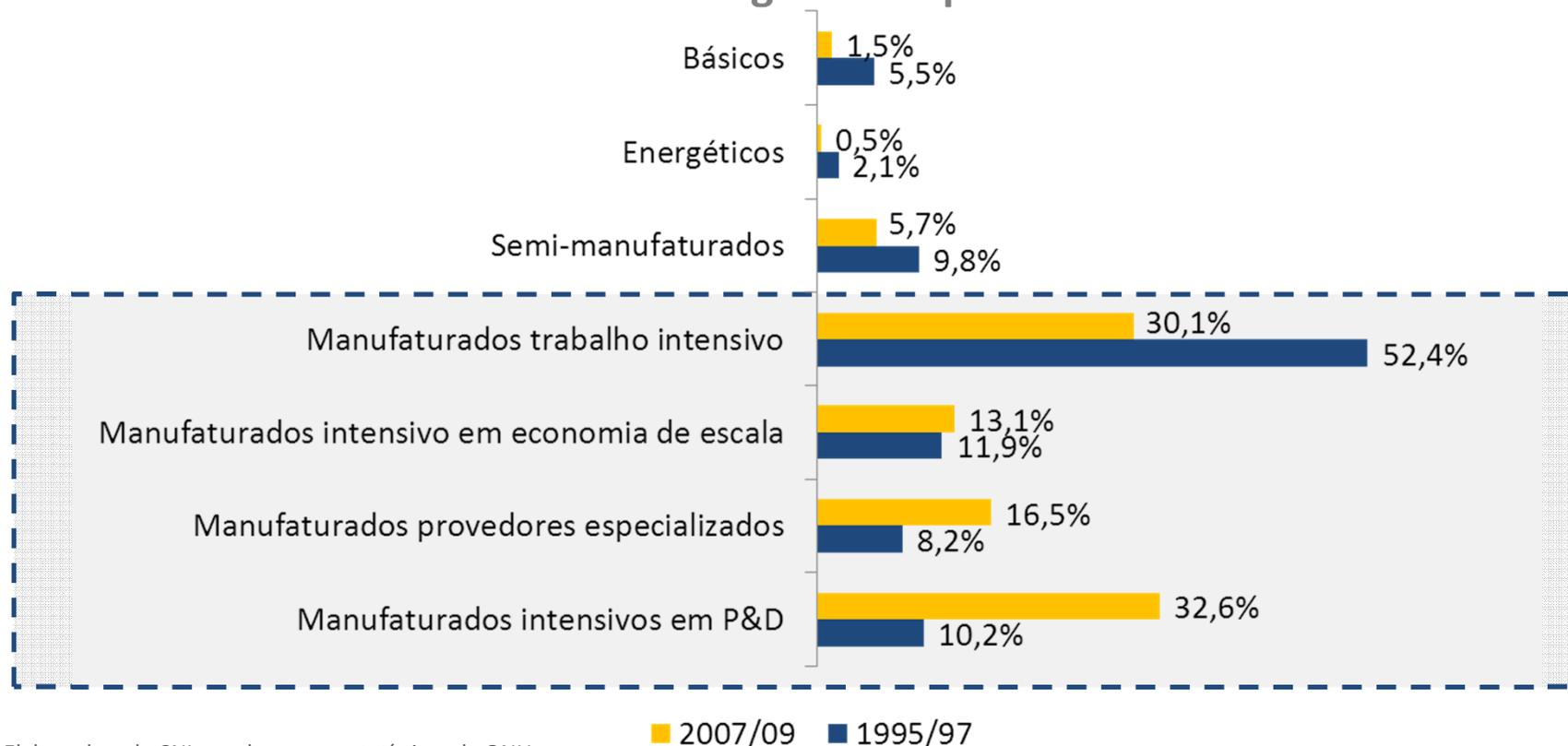


Elaborado pela CNI com base nas estatísticas da ONU

Já a estrutura chinesa modifica-se fortemente na direção de produtos mais elaborados, no mesmo período

CHINA

Estrutura de Vantagem Comparativa Revelada



Elaborado pela CNI com base nas estatísticas da ONU

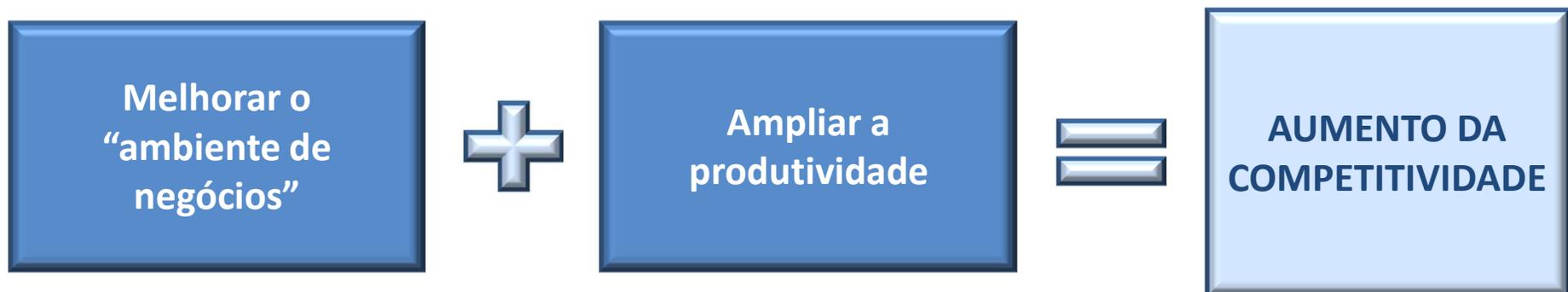
Roteiro

1. A perda de participação da indústria
2. **Competitividade e mudança estrutural**
3. Agenda preferencial

Questão chave:



Como elevar a competitividade?



Os principais determinantes da produtividade na empresa



Fonte: World Bank. Trade Competitiveness Diagnostic (TOOLKIT, 2012)



- Não existe uma “bala de prata”
- Intensivo em coordenação

Competitividade e o ambiente institucional

**Políticas na
constituição**

Federação

Democracia

**As escolhas das reformas e o uso do
capital político**

Relação: Governo – Setor privado

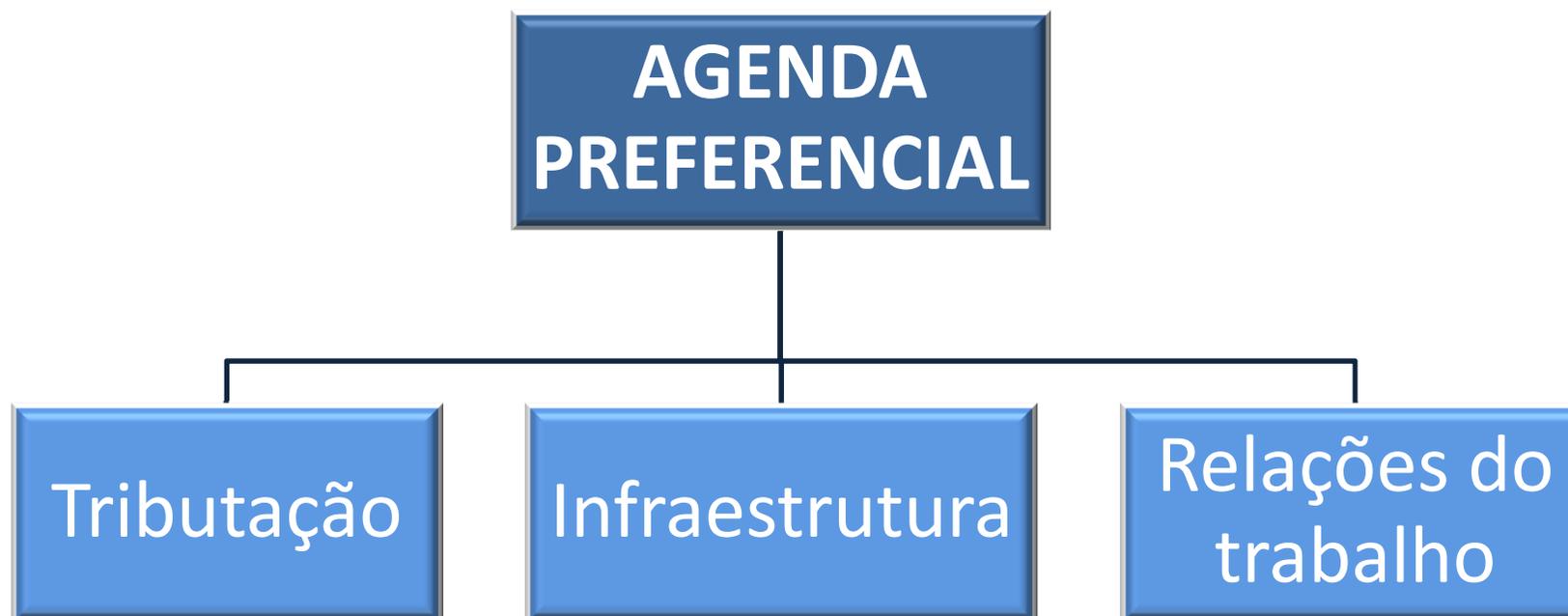
Remoção de obstáculos

**Desenvolvimento de
competências**

**Oportunidades de
desenvolvimento setorial**

Roteiro

1. A perda de participação da indústria
2. Competitividade e mudança estrutural
3. Agenda preferencial



Tributação

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Desoneração das exportações	Os produtos e serviços exportados por empresas brasileiras não são completamente desonerados de tributos.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento dos custos•Perda de competitividade•Insegurança jurídica	Aprovar o PL 6530/2009 e elaborar um projeto que institua a correção dos saldos credores de tributos mantidos pelos contribuintes e não compensados ou restituídos pela Receita Federal.

Tributação

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Desoneração do investimento	Uma nova fábrica paga tributos antes de iniciar a produção.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento do custo do investimento•Perda de competitividade•Desestímulo ao investimento	Elaborar projeto de lei que reduza o custo tributário incidente sobre investimentos produtivos, com permissão de crédito imediato de ICMS nas aquisições de bens de capital e introdução de créditos de IPI sobre bens de capital.
Desoneração da folha de pagamentos	Os tributos sobre folha de pagamento atingem cerca de 36% do valor da folha.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento dos custos•Perda de competitividade•Desestímulo ao emprego	Aprovação da MPV 563/12 , mas com redução das alíquotas praticadas sobre o faturamento.

Tributação

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Prazo de recolhimento dos tributos	Os tributos são recolhidos antes que as indústrias tenham recebido pelas vendas.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento do custo financeiro•Perda de competitividade	Elaborar projeto de lei que compatibilize o prazo de recolhimento dos tributos com o prazo médio de recebimento das vendas.
Tributação pelo Lucro Presumido	Não correção do limite de enquadramento no lucro presumido desde 2003 (empresas excluídas do regime).	<ul style="list-style-type: none">•Aumento dos custos•Maior complexidade•Perda de competitividade	Aprovar PL 2011/2011 que eleva o limite para recolhimento do Imposto de Renda pelo Lucro Presumido.

Tributação

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Disciplinar a substituição tributária no ICMS	A aplicação indiscriminada da substituição tributária causa uma série de distorções na economia.	<ul style="list-style-type: none">•Complexidade•Aumento do custo financeiro•Distorção nas condições de concorrência	Apresentar projeto que introduza regras para a adoção da substituição tributária no ICMS para determinado produto.

Infraestrutura

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Custo de energia	Alto custo da energia elétrica para o consumidor industrial.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Perda da competitividade	Aprovação do PLS 372/2011 que propõe a extinção da cobrança da Reserva Global de Reversão.
Concessões de energia elétrica	Vencimento de parte significativa das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica a partir de 2015.	<ul style="list-style-type: none">•Insegurança jurídica•Adiamento de investimentos•Potencial de aumento de custo	Elaboração de um projeto que tenha como objetivo central a modicidade tarifária. Deve capturar os benefícios auferidos pela amortização já realizada dos ativos .

Infraestrutura

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Gás natural	Falta de uma política nacional para o gás natural.	<ul style="list-style-type: none">•Insegurança econômica (preço e oferta)•Adiamento de investimentos•Aumento de custo	Elaboração de um projeto para incluir artigo na Lei do Petróleo (Lei no 9.487/97) para permitir à ANP elaborar uma política nacional para o gás natural, os critérios para sua precificação e cuidar da sua implementação.
Regulação portuária	Baixa eficiência na gestão dos portos públicos.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Atraso•Perda de competitividade	Elaboração de um projeto para transferir a gestão dos portos públicos, através de concessões, à iniciativa privada. O objetivo é proporcionar os investimentos necessários à modernização e elevar a qualidade da sua gestão.

Infraestrutura

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Regulação portuária	Falta de espaço para movimentação de contêineres nos principais portos do País.	<ul style="list-style-type: none">•Perda de competitividade•Aumento dos custos•Atraso no processo produtivo	Aprovar o PLS 118/2009, com pequenos aperfeiçoamentos, para aumentar a atração de novos investimentos privados ao setor portuário.
Regulação portuária	Dificuldade na criação de novas áreas para portos secos.	<ul style="list-style-type: none">•Atraso na movimentação de cargas•Aumento dos custos	Aprovar o PLS 374/2011, que introduz o regime de autorização direta para exploração dos recintos alfandegados, os chamados portos secos ou Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA). Modernizar o marco regulatório.

Infraestrutura

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Agência reguladora	Ausência de um marco regulatório adequado para as agências reguladoras.	<ul style="list-style-type: none">•Insegurança jurídica•Baixa atratividade de investimentos estrangeiros•Redução do investimento	Aperfeiçoar e aprovar o PL 3.337/04 (Lei Geral das Agências Reguladoras). Aperfeiçoar os critérios para aprovação das indicações dos quadros de diretoria das Agências Reguladoras pelo Senado.

Relações do trabalho

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Ponto Eletrônico	Regulamentação do registro eletrônico de ponto com excesso de burocracia.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Aumento de burocracia•Insegurança Jurídica•Dificuldades Gerenciais	Aprovação do PDS 593/2010 sustando a Portaria 1.510/09 e criação de grupo técnico para propor nova regulamentação.
Convenção 158 OIT	Estabilidade no emprego em razão da restrição à demissão imotivada.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Restrição ao emprego•Desestímulo à produtividade•Insegurança Jurídica•Dificuldades Gerenciais	Rejeição da MSC 59/2008. O Brasil já dispõe de mecanismos de proteção na dispensa imotivada (Multa do FGTS, Seguro Desemprego e Aviso Prévio).

Relações do trabalho

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Redução da jornada de trabalho	Redução do limite legal de jornada de trabalho, sem redução de salários, e aumento da hora-extra.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Restrição ao emprego•Redução da produtividade•Restrição a competitividade•Dificuldades Gerenciais	Rejeição da PEC 231/1995, por ser possível a redução de jornada e mudança do adicional de hora-extra em negociação coletiva.
Caracterização de doença ocupacional sem avaliação	Dispensa da necessidade de avaliação da causalidade entre a doença do empregado e o trabalho executado.	<ul style="list-style-type: none">•Insegurança jurídica•Aumento de custo•Restrição ao emprego	Rejeição do PL 7206 por agravar a situação já instalada pelo nexo técnico epidemiológico, como notificações de doenças ocupacionais inexistentes e pelo desprezo ao conhecimento médico-científico.

Relações do trabalho

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Adicional de 10% do FGTS	Cobrança de adicional de 10% do FGTS nas demissões imotivadas.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Redução da competitividade	Aprovação do PLP 378/06, em acordo com o parecer da CEF que indica equilíbrio financeiro e término da exigibilidade do adicional até julho de 2012.
Terceirização	Terceirização não regulamentada.	<ul style="list-style-type: none">•Insegurança jurídica•Aumento de custo•Redução de produtividade•Redução da competitividade	Aprovação do PL 4.330/04 com ajustes necessários.

Relações do trabalho

Tópico	Problema	Impacto nas empresas	Ação
Bolsas de Estudos na Lei do PRONATEC	Caracterização como salário dos subsídios e bolsas de estudos de graduação e pós (com limites ínfimos), pagos pelas empresas.	<ul style="list-style-type: none">•Aumento de custo•Restrição a produtividade•Insegurança jurídica•Restrição ao emprego	Alteração da letra “t”, § 9, art. 28 da Lei 8.212/91, com exclusão das contribuições previdenciárias sobre os valores relativos ao plano educacional e bolsa de estudos dos empregadores (Há discussões para realizar essa mudança por meio de emenda à MPV 556).

Desafios da Indústria Brasileira frente à Competitividade Internacional

Comissão de Desenvolvimento Econômico da Indústria e Comércio – CDEIC
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP

Brasília
23 de maio de 2012